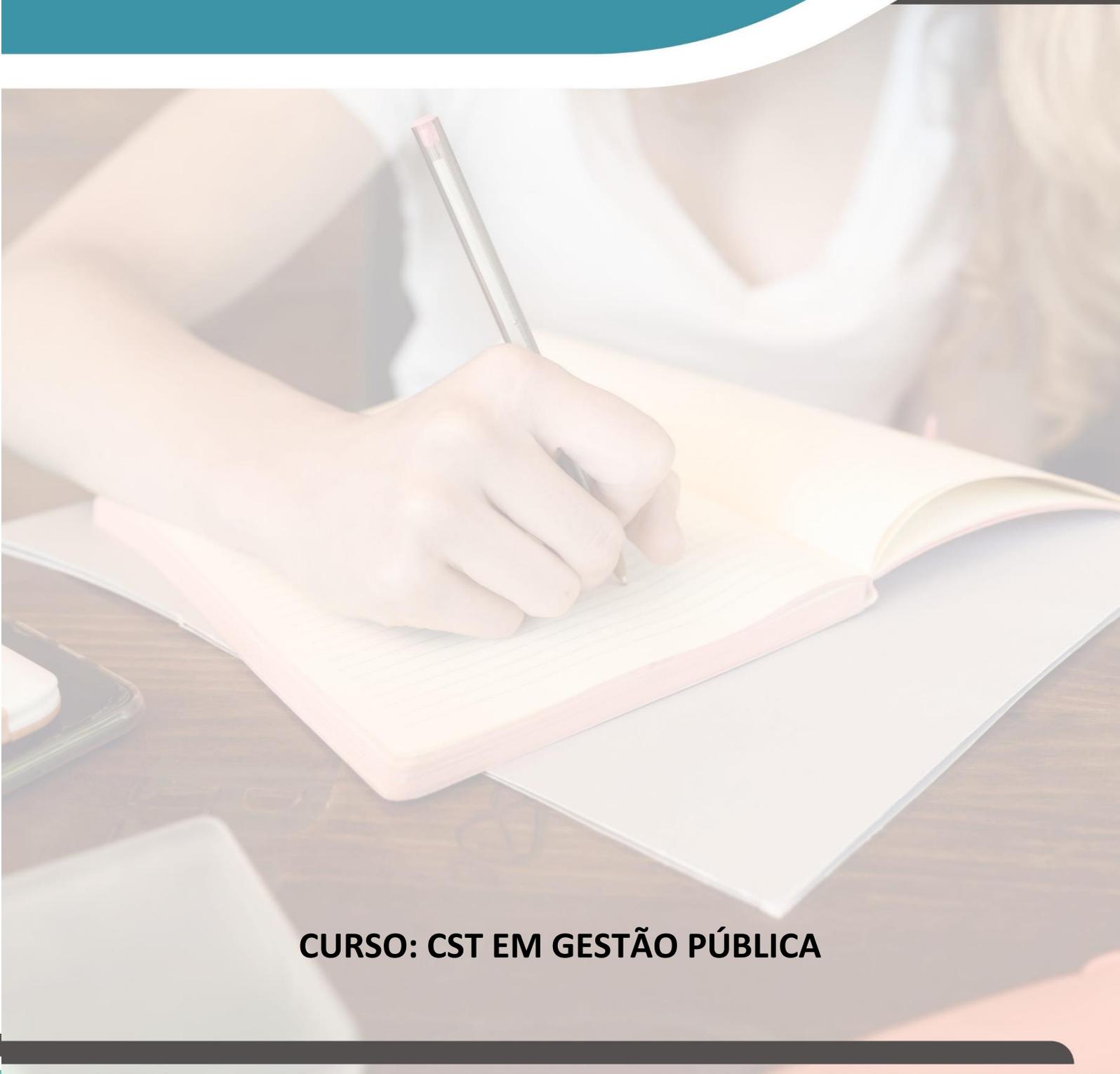


**PRODUÇÃO TEXTUAL
INTERDISCIPLINAR
INDIVIDUAL – PTI**



CURSO: CST EM GESTÃO PÚBLICA

Curso:	CST em Gestão Pública	Semestre: 2º/3º
Objetivos da Aprendizagem:	A produção textual é um procedimento metodológico de ensino aprendizagem que tem por objetivos: <ul style="list-style-type: none">• Instigar os alunos, apoiados nas informações presentes na BNCC sobre a área da linguagem como ferramenta norteadora, para o planejamento de atividades diferenciadas.• Relacionar teoria e prática, a fim de proporcionar embasamento para atuação em atividades extracurriculares.• Desenvolver os estudos independentes, sistemáticos e o autoaprendizado.• Favorecer a aprendizagem.• Promover a aplicação da teoria e conceitos para a solução de problemas práticos relativos à profissão.	

Prezado (a) aluno (a),

Seja bem-vindo a este semestre!

A presente proposta de Produção Textual Interdisciplinar (PTI) terá como temática central **“Desafios na Gestão Pública Municipal: buscando uma gestão efetiva em um contexto atípico”**.

Escolhemos esta temática para possibilitar a aprendizagem interdisciplinar dos conteúdos trabalhados nas disciplinas deste semestre.

Na PTI você deverá conhecer a Situação Geradora de Aprendizagem (SGA), inserindo-se nesse contexto, para realizar as atividades previstas na Situação Problema (SP). Siga as orientações fornecidas neste material, além de outras fundamentações teóricas (livros didáticos das disciplinas, tele aulas, web aulas, entre outros materiais complementares).

Vamos conhecer a SGA?

“Desafios na Gestão Pública Municipal: buscando uma gestão efetiva em um contexto atípico”.

Sabemos que são inúmeros os desafios enfrentados na busca por uma gestão efetiva e transparente nos municípios! Pensando em discutir a temática a fim de ampliar o olhar frente às possíveis boas práticas e solução de problemas, o Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito do

programa TCU+Cidades – que configura um programa voltado à orientação junto aos municípios brasileiros, visando contribuir com a qualificação de gestores municipais para que melhor utilizem dos recursos públicos – realizou em maio de 2021 um seminário sobre gestão fiscal nas cidades. Em dois painéis, o evento discutiu os princípios da gestão fiscal e estrutura de governança fiscal.

Veja trechos da notícia a seguir:

Seminário discute finanças públicas e responsabilidade fiscal dos municípios

Com transmissão pelo canal do TCU no YouTube, o evento reuniu gestores e especialistas para avaliar caminhos para se obter mais eficiência e transparência da gestão fiscal

Como fazer uma gestão fiscal eficiente e transparente nos municípios?

Por Secom TCU

01/06/2021

A diretora de Fiscalização de Planejamento e Orçamento (Semag/TCU), Lucieni Pereira da Silva, disse que foi uma feliz coincidência a promoção deste debate no mês em que a Lei de Responsabilidade Fiscal completou 21 anos. Ela abriu o primeiro painel destacando que falar de gestão fiscal é falar de governança das finanças públicas. “A gestão fiscal não é um fim em si mesmo, é um meio para que o Estado possa cumprir o seu papel de promover o bem-estar social”, observou.

Equilibrar as contas públicas, disse Lucieni, é o sonho de todo gestor. “Para esse equilíbrio, é necessário ter ação planejada e transparente, porque é essencial prevenir riscos e corrigir desvios, cumprir metas, conhecer e cumprir os limites e olhar para as condicionantes, porque elas são importantes para que possamos ter capacidade de fazer uma boa gestão.”

[...]

Atuando como moderador no painel, o secretário-geral de Controle Externo do TCU, Leonardo Albernaz, destacou a importância dessa oportunidade proporcionada pelo Diálogo Público para gestores municipais ouvirem sobre experiências reais de gestão. “O grande objetivo da gestão fiscal responsável é fazer com que as prefeituras entreguem aquilo que os cidadãos têm direito”, ressaltou.

Segundo ele, é um desafio, porque desequilíbrio fiscal não é um tema que aparece de forma clara para a população – e que passa a ser sensível em situações de crises muito graves, como essa decorrente de alguns anos de recessão e da pandemia.

Fonte e texto na íntegra em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/dialogo-publico-discute-financas-publicas-e-responsabilidade-fiscal-dos-municipios.htm> Acesso em 16 de dezembro de 2021.

IMAGINE A SEGUINTE SITUAÇÃO

Josué Ferreira, prefeito de uma cidade com cerca de 500 mil habitantes, localizada na região sul do Brasil, está em seu primeiro mandato, tendo sido eleito nas últimas eleições municipais, em um contexto bastante atípico: o da pandemia do coronavírus (COVID-19). Conforme rege a legislação, o primeiro ano de mandato é governado segundo o PPA do gestor anterior, sendo preciso que o prefeito atual, junto de sua equipe de secretários, elabore o Plano Plurianual (PPA) para os próximos quatro anos.

Josué, dentre suas promessas de campanha, deu destaque à sua intenção de reestruturar a máquina administrativa, implementando um novo plano de cargos e salários para o funcionalismo público, bem como à otimização da prestação dos serviços nas áreas de saúde, educação e segurança a partir da contratação de novos profissionais mais especializados.

No entanto, seu Secretário da Fazenda o alertou quanto à uma situação preocupante ao analisar as contas públicas. Segundo o secretário, o Município está no limite máximo permitido para gastos com pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que prejudica – grandemente – o plano de novas contratações. Ainda, tais aspectos legais trazem impeditivos para a criação de novos cargos, o que envolve alteração da estrutura de carreira e provimento de cargo. Além, claro, do contexto da pandemia que implicou em transformações no gerenciamento das finanças públicas municipais, onde grande parte das cidades – assim como a cidade de Josué – gastaram um montante expressivo de seus orçamentos na área da saúde, gerando uma pressão sobre o orçamento geral dos municípios.

Josué e sua equipe, analisando também os projetos implementados anteriormente pelo seu antecessor, perceberam a deliberação de obras de revitalização em pontos desnecessários se comparadas tais ações com outras demandas municipais mais urgentes – bem como investimentos expressivos em programas e projetos secundários aos anseios da população da cidade. Além disso, Josué se deparou com um quadro de cargos comissionados baseado essencialmente em questões particulares dos governantes.

Em suma, Josué têm enfrentado alguns questionamentos centrais: como gerenciar efetivamente a máquina pública no que tange ao corte de gastos ou potencialização de receitas? E no que tange à melhor utilização dos recursos públicos? Como fazer uma gestão pública mais efetiva e transparente de seu município?

AGORA É COM VOCÊ

Levando em consideração a SGA, responda todos os questionamentos apresentados abaixo. Eles foram elaborados com base nas disciplinas ministradas ao longo deste semestre. A sua participação nesta atividade é fundamental para que haja o pleno desenvolvimento das competências e habilidades requeridas em sua atuação profissional.

ETAPA 1:

Josué Ferreira, como prefeito eleito, está no posto de chefe do poder executivo de seu município. Com isso, entre as diversas obrigações que seu cargo lhe impõe, está a necessidade de manter as contas públicas equilibradas e zelar pela boa saúde fiscal da prefeitura. Para tanto, visando realizar essa importante tarefa, Josué Ferreira conta com um indispensável auxílio, o orçamento público. Nesse cenário, analise e responda as questões apresentadas a seguir:

1 - Tendo em vista que o equilíbrio das contas públicas é fundamental para que o município possa manter seus serviços em dia e buscar a promoção do bem social para a população, uma das ferramentas mais necessárias nesse contexto é o orçamento público. Nesse contexto, apresente as principais características do orçamento público.

2 – O orçamento público, como muitas atividades inerentes à administração pública, é direcionado por meio de princípios. Esses princípios garantem a correta elaboração, execução e acompanhamento do orçamento. Diante disso, elenque no mínimo três princípios do orçamento público e suas principais características:

3 – Um dos aspectos fundamentais da administração pública exercida pelo poder executivo é a preocupação com o cumprimento adequado das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso, elenque a seguir as principais características dessa norma.

ETAPA 2:

Estudos de Alonso (1999) já alertavam que o Governo e a sociedade não sabiam, regra geral, quanto custavam os serviços públicos, apresentando que como não havia medida de custos, também não havia medida de eficiência na Administração Pública, dado que a eficiência é a relação entre os resultados e o custo para obtê-los. Na visão do pesquisador, sem um sistema de avaliação de resultados e de custos, a Administração Pública abre margem para encobrir ineficiência.

Esse cenário começou a mudar em 2011 com a edição da NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, que estabelece que os serviços públicos devem ser identificados, medidos e relatados em sistema projetado para gerenciamento de custos dos serviços públicos.

1) Com base na NBC T 16.11, cite quais são os atributos da informação de custos?

Quando o assunto é gerir bem os gastos, devemos destacar a importância de saber o valor do serviço que está sendo prestado, tanto como forma de se obter o melhor gasto possível, como possibilitar a comparação entre o custo previsto e o efetivamente realizado em sua execução, buscando sempre a melhor eficiência no gasto público.

Pensando nisso, Josué e sua equipe querem saber o real preço de dois procedimentos médicos (A e B) realizados pela clínica Beta, que presta serviços ao principal hospital da cidade. A formação do preço do serviço é realizada pela clínica através do índice Mark-up (multiplicador). Os dados serão apresentados a seguir.

Serviço A:

Custo do serviço: R\$ 305,00
Despesas Administrativas: 26%
Despesas Tributárias: 18%
Margem de lucro desejada: 15%

Serviço B:

Custo do serviço: R\$ 420,00
Despesas Administrativas: 25%
Despesas Tributárias: 18%
Margem de lucro desejada: 25%

2) Apresente o preço de venda dos serviços A e B utilizando o índice de Mark-up multiplicador.

ETAPA 3:

Partindo da SGA apresentada, imagine que Josué e sua equipe solicitou aos funcionários responsáveis – para uma análise minuciosa afim de que, a partir de um diagnóstico geral, pudesse elaborar os próximos passos de maneira mais efetiva e estratégica – a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA) aprovados pela câmara municipal para aquele ano.

A primeira que foi entregue a Josué foi a LOA. Da LDO e do PPA nenhum funcionário tinha cópia, o que sugeria que os procedimentos orçamentários da prefeitura estavam em desacordo com a legislação em vigor e que atendiam apenas as determinações da Lei Federal nº. 4.320/1964. Esta lei trata de normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, aplicadas a todas as esferas de governo: federal, estadual, distrital e municipal. É, porém, anterior à Constituição Federal de 1988 que estabeleceu as leis do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias.

Diante disso, esta etapa pede:

- 1- Discorra sobre o significado e as características dos instrumentos de planejamento governamental: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA).
- 2- Considerando a situação apresentada, do ponto de vista contábil, qual a importância da Lei Orçamentária Anual (LOA) na gestão de recursos públicos?
- 3- Por que o Plano Plurianual (PPA) de uma prefeitura pode ser equiparado com um planejamento estratégico de uma empresa privada?

ETAPA 4:

Imagine que, no caso em questão, Josué disse a sua equipe que queria lançar uma nova obra: uma pequena reforma de um dos postos de saúde municipal. O processo precisava ter a liberação dos recursos orçamentários e financeiros antes de iniciar a licitação para que pudesse iniciar os trabalhos de reforma.

O secretário de obras preferiu não insistir em analisar os detalhes burocráticos e decidiu que levaria o processo pessoalmente para conhecimento para a secretaria de planejamento e orçamento a fim de pedir a liberação dos recursos orçamentários, antes de apresentar o projeto à comissão de licitação, para agilizar o andamento do processo e poder iniciar a obra.

Não precisou de muito tempo para constatar que faltava muita coisa para poder iniciar uma licitação: a obra não estava prevista no plano plurianual e não havia a previsão do impacto orçamentário e financeiro, a declaração do ordenador de despesa da compatibilidade com a LOA e com o PPA, tanto para própria reforma quanto para a manutenção do posto de saúde reformado.

A liberação do processo poderia implicar no agravamento da situação financeira do município, além de comprometer os ordenadores da despesa, envolvendo até o próprio prefeito, a responderem judicial e penalmente junto aos órgãos de controle externo pela autorização de despesas sem a devida previsão no PPA e na LOA.

Diante da situação apresentada, responda:

- 1 - Como a auditoria interna poderia contribuir na atuação e gestão dos profissionais envolvidos neste caso?
- 2 - O que a auditoria interna poderia sugerir a controladoria governamental como soluções aos problemas observados?

ETAPA 5:

O contexto da gestão municipal presente na SGA associada à reportagem nos remete a uma série de conteúdos inerentes ao campo da Administração Pública e, aqui, nosso enfoque recairá sobre alguns dos possíveis conflitos inerentes à busca por uma gestão mais efetiva e transparente.

Partindo da SGA apresentada, em alguns momentos, foi possível perceber que algumas decisões da gestão anterior foram tomadas em prol de interesses pessoais, e não da população como, por exemplo, no trecho que cita “obras de revitalização em pontos desnecessários e investimentos em projetos secundários aos interesses públicos”. Além disso, o prefeito também se deparou com um quadro de cargos comissionados baseado essencialmente em questões particulares dos governantes.

Associando então aos seus conhecimentos frente aos Princípios da Administração, é possível realizar uma análise crítica e reflexiva sobre essas ocorrências.

De maneira geral, entendemos os Princípios Constitucionais da Administração Pública (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, e Eficiência) como fundamentos essenciais

para uma gestão pública efetiva e que vá de encontro aos objetivos centrais do modelo de Administração Pública atual: a oferta do bem comum na forma de serviços nos mais diversos campos (saúde, segurança, educação, economia etc). Logo, quando feridos tais princípios, as principais implicações consistem justamente na ineficiência do funcionamento da máquina pública, prejudicando totalmente o alcance dos objetivos, tanto estratégicos quanto operacionais.

Logo, a partir desta contextualização, responda:

- 1 – No que diz respeito aos atos de favorecimento particular para a ocupação de cargos públicos, quais os Princípios Constitucionais que estão sendo feridos? Explique.
- 2 – No que tange à deliberação de obras ou investimentos que não vão de encontro às urgências ou demandas da população, ou seja, quando as decisões são tomadas baseadas no privado em detrimento do público, quais os Princípios Constitucionais feridos? Explique.
- 3 – No caso apresentado, tanto na SGA, quanto nos textos bases das demais tarefas, quais outras inobservâncias aos fundamentos da Administração Pública podem ser percebidas? Explique.

NORMAS PARA ELABORAÇÃO E ENTREGA DA PRODUÇÃO TEXTUAL

1. O trabalho será realizado **individualmente**.
2. **Importante:** Você deverá postar o trabalho finalizado no AVA, o que deverá ser feito na pasta específica (“atividades interdisciplinares”), obedecendo ao prazo limite de postagem, conforme disposto no AVA. Não existe prorrogação para a postagem da atividade.
3. Deve conter, depois de pronto, capa e folha de rosto padrão da Instituição, sendo organizado no que tange à sua apresentação visual (tipos e tamanhos de fontes, alinhamento do texto, espaçamentos, adentramento de parágrafos, apresentação correta de citações e referências, entre outros elementos importantes), conforme modelo disponível no AVA.
4. A produção textual é um trabalho original e, portanto, não poderá haver trabalhos idênticos aos de outros alunos ou com reprodução de materiais extraídos da internet. Os trabalhos plagiados serão invalidados, sendo os alunos reprovados na atividade. Lembre-se de que a prática do plágio constitui crime, com pena prevista em lei ([Lei n.º 9.610](#)), e deve ser evitada no âmbito acadêmico.
5. **Importante:** O trabalho deve ser enviado em formato Word. Não serão aceitos, sob nenhuma hipótese, trabalhos enviados em PDF.

A seguir, apresentamos a você alguns dos critérios avaliativos que nortearão a análise do Tutor a Distância para atribuir o conceito à produção textual:

- Normalização correta do trabalho, com atendimento ao número de páginas solicitadas.
- Apresentação de estrutura condizente com a proposta apresentada (com introdução, desenvolvimento e conclusão).
- Uso de linguagem acadêmica adequada, com clareza e correção, atendendo à norma padrão.

- Atendimento à proposta, contemplando todos os itens solicitados, com objetividade, criatividade, originalidade e autenticidade.
- Fundamentação teórica do trabalho, com as devidas referências dos autores eventualmente citados.

Lembre-se de que seu Tutor a Distância está à disposição para lhe atender em suas dúvidas e, também, para repassar orientações sempre que você precisar. Aproveite esta oportunidade para realizar um trabalho com a qualidade acadêmica de nível universitário.

Bom trabalho!
Equipe de professores